

■ Pesquisa-Cartografia e a Produção Desejante do Espaço Urbano³⁴

.....**Simone Parrela Tostes**

[Preâmbulos]

[1]. Na qualidade de especialista, nenhum dentre nós pretende falar da “realidade”. Os tempos felizes dessa segurança terminaram. Também é preciso reconhecer a todo resultado científico o valor de um *produto* que, tal como aquele que sai da usina, é relativo a *instituições*, a postulados e a procedimentos. Muito ao contrário de enunciar verdades, ele insere-se, portanto, em um funcionamento dentre outros. Ele remete a um lugar particular e a suas determinações próprias. Insere-se em outra forma de limite (CERTEAU, 1995, p.224).

[2]. Para conhecer o que a *ciência disciplinar* costuma denominar como *realidade* – e que aqui proponho denominar como *vida* -, é preciso muito mais que os instrumentos científicos, e, ainda assim, será pouco. A vida é plena de movimento e contradição, de olhos e de olhares, de representações e de imaginação. *A vida*, e o que imaginamos dela, *precisa da arte para ser sentida* e mais do que da ciência para ser compreendida. Sua compreensão está em seu movimento, na produção de saberes vários, de diálogos vários, da negociação destes que faz emergir vários outros.[...] Se a ciência se propõe a compreender a vida, é preciso que ela se alimente do que é feita a vida: experimentação (e não experiência); invenção (e não reprodução); conflito (e não ordem) (HISSA ET AL, 2011, p.46-47).

[3]. Muito diferentes são as funções criativas, usos não conformes do tipo rizoma e já não árvore, que procedem por inteseções, cruzamentos de linhas, pontos de encontro no meio: não há um sujeito, mas agenciamentos coletivos de enunciação; não há especificidades, mas populações, música-escrita-ciências-audiovisual, com as suas permutas, os seus ecos, as suas interferências de tra-

34 Este texto integra a pesquisa “Novos processos de projeto em Arquitetura, Urbanismo e Design adequadas às transformações sócio espaciais da metrópole contemporânea: Fundamentos para intervenções no Jardim Canadá”, financiada pela FAPEMIG, aprovada no Edital 01/2011 e desenvolvida pelas seguintes integrantes do grupo Praxis – práticas sociais no espaço urbano, da Escola de Arquitetura da UFMG: Juliana Torres de Miranda (coordenadora), Natacha Silva Araújo Rena, Marcela Silviano Brandão Lopes e Simone Parrela Tostes, além das alunas Talita Lessa e Luiza Magalhães.

balho.[...] não são encontros entre domínios, porque cada domínio é já feito em si próprio desses encontros. Há apenas intermezzos, intermezzi, como focos de criação.[...] Acima de tudo, não se trata de falar para os infelizes, falar em nome das vítimas, dos supliciados e dos oprimidos, mas de traçar uma linha viva, uma linha quebrada. A vantagem consistiria, pelo menos no mundo intelectual e por mais pequeno que seja, em separar aqueles que se pretendem "autores", escola ou marketing, com os seus filmes narcísicos, as suas emissões e os seus estados de alma, isto é, a vergonha actual, daqueles que sonham com outra coisa – não sonham, isso faz-se por si. Há dois perigos: o intelectual como mestre ou discípulo, ou o intelectual como quadro, quadro médio ou superior. (DELEUZE E PARNET, 2004, p.40)

[Pretexto]

Não é objetivo do presente trabalho apresentar estudos de caso, assinalando acertos e desacertos, lições aprendidas a ensinar-se, nem difundir alguma conclusão. A aposta, por ora, é de outra fabulação, em que se tentará, na escrita, alinhar algumas questões de ordem teórico-metodológica acerca da pesquisa, em sua condição de prática científica, suas possibilidades e seus impasses. Tais questões são assumidas aqui como uma *prática de sentidos* válida e passível, inclusive, de interditar separações estanques entre teoria e prática que tendem a comprometer a potência crítica de ambas. "É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática" (FOUCAULT, 2009, p. 71). Do mesmo modo, cabe afirmar que não interessa aqui uma prática que apenas expresse, traduza ou aplique uma teoria: o que vale sustentar é a abertura de ambas a deslocamentos e transformações, menos para que uma se transforme na outra, mas para que cada uma produza novos meios de diferir de si mesma, amplificando os movimentos e o alcance por elas atravessados.

Nesse sentido, as questões mobilizadas neste exercício de escrita carregam outras possibilidades na relação que estabelecem com o que pode ser pensado como o seu *fora*, que não é da ordem do relatório, da transcrição, nem da prescrição; tal ressalva, como se verá um pouco adiante, liga-se a outra, na interdição a se considerar a pesquisa como descrição/explicação de uma *realidade a conhecer*. Ao invés de uma realidade a conhecer, via pesquisa, e de uma pesquisa a noticiar, via escrita, aventa-se aqui a possibilidade de *intensidades a experimentar*, em que a escrita é considerada em sua possibilidade de criação, modulando certa sensibilidade e nomeando afetos. A aposta é a de tentar sustentar, mais do que simplesmente tematizar, tal dimensão de criação e produção que perpassa a am-

bas, escrita, pesquisa e vida, sem particularidades, sem indistinção, sem equivalência: criação e contágio de intensidades singulares, *experiência* sempre aberta, criadora e agenciadora de singularidades. Cabe ressaltar o sentido que experiência assume aqui, igualmente fora de determinações que a reduzem a procedimento de observação/classificação de fenômenos em condições controladas, ou seja, a *experimento* em sentido restrito, cientificista, e igualmente fora de determinações de autoridade por meio de sua consideração como *conhecimento consolidado*. O que se sustenta aqui é o entendimento de experiência como vivência aberta e abrangente, próxima dos sentidos que lhe dá Renato Janine Ribeiro ao considerar a dimensão experimental não tanto em seu sentido de estado temporário “de algo que não atingiu – mas continua tendo por meta – seu formato canônico [...] [mas no] de algo que se experimenta, o de vivência” (RIBEIRO, 2003, p.112). O que se pretende, portanto, é exatamente sustentar certa incompletude e abertura não como estados transitórios a abandonar-se em determinado momento, mas como condição sempre presente de uma *produção* que é epistemológica, mas também ética, estética e existencial.

[Cartografia]

A cartografia, na acepção que lhe dão Gilles Deleuze e Félix Guattari, explicita certa aposta ético-política na construção de caminhos mais abertos a conexões de diversas naturezas, permitindo o questionamento e mesmo o ultrapassamento de muitos dos pressupostos presentes nas abordagens mais convencionais do pensamento e da pesquisa. Mais do que representar ou descrever determinada situação, a cartografia busca acompanhar processos, abrindo-se para a compreensão e a problematização das forças e fluxos de diversas naturezas que entram em jogo, conduzidos em planos simultâneos coexistentes, passíveis de alterar a composição de tais fluxos: o plano de organização, referente ao que está instituído socialmente em estratos e segmentos molares; o *plano de consistência*, de expansão da vida, composto pelas forças moleculares, no qual se dão os encontros e os agenciamentos que vão gerar novos sentidos; e, dando suporte a ambos, o *plano de imanência*, que compõe o meio onde se dão os fluxos, os segmentos, as rupturas e as conexões. (ROMAGNOLI, 2009).

Também denominada pelos autores de esquizoanálise, micropolítica, pragmática, diagramatismo, rizomática, ela consiste no estudo das linhas de força de um determinado campo social – território - podendo ser este também um indivíduo ou grupo. O território é implicado em movimentos ora desterritorializantes, que o impelem em linhas de fuga para fora de seus limites, ora reterritorializantes,

que o conduzem ao interior de novos limites. As linhas de força que compõem determinado território, imbricadas umas nas outras, são de três tipos: as de segmentaridade dura ou linhas molares, que definem segmentos e estratificações bem determinados de certa rigidez, e sendo dicotômicas, implicam escolhas binárias e excludentes em um encadeamento sucessivo, implicando também dispositivos de poder que trabalham nossos corpos e operam sobre codificações nas maneiras de perceber, de agir, de sentir, nos regimes de signo; linhas de segmentaridade flexível, ou moleculares; e finalmente, linhas de fuga, que implicam desterritorializações, movimentos que arrastam o território para fora de seus limites (DELEUZE E PARNET, 1996).

[Pesquisa, criação e ciência]

O universo de referências construído em nossa relação com o mundo é desestabilizado a cada vez que o encontro com o novo é experimentado em sua plena potência: sem a possibilidade de reconhecimento e identificação, as referências existentes são colocadas em suspenso, instaurando-se em tal incompatibilidade certa crise que impele à criação de novas referências e novos movimentos..

Não há canal privilegiado nem a salvo de tais movimentos, ainda que os diversos domínios possam acolher, com maior ou menor abertura e em velocidades distintas, as solicitações críticas destes processos constantes de montagem/desmontagem/remontagem de referências, sustentando ou bloqueando os desdobramentos criativos neles implicados.

O que dizer do *território da ciência*, este lugar institucionalizado a partir de onde se faz pesquisa? Desconhecer ou desconsiderar os pressupostos de tal pertencimento é arriscar-se a ser ainda mais fortemente determinado por eles, ignorando-se as ausências, exclusões e interdições que o constituem. Com a ressalva de que não será possível abordar satisfatoriamente todas as questões aí implicadas, sublinho o que pretendo enfatizar: as tensões entre as determinações mais convencionais deste território, sobre codificações territorializantes e reterritorializantes do conhecimento especializado, e sua dimensão de criação, insurgente e desterritorializante por vocação, potencialmente capaz de desinvestir a ciência de sua pregnância cientificista e hierárquica.

Nos interstícios da tensão entre o funcionamento maior da ciência e seus devires menores, podem ser consteladas zonas de turbulência em ressonância com outras, nas quais outros devires menores operam como linhas de fuga, desenhando fissuras a partir de onde a criação pode escapar às capturas e instaurar novos possíveis. Com isso não se pretende erigir a ciência e suas práticas, uma vez mais,

em modelo paradigmático de produção de conhecimento hegemônico, nem em instância privilegiada de produção de contra-hegemonia: nenhuma prescrição edificante, nenhuma finalidade corretiva ou empenho salvacionista que ainda atribui certa autoridade e define um poder. Nenhuma missão e nenhum alvo. Longe disso, trata-se aqui apenas, sustentando tal tensão, de abrir-se a brechas, permitindo que a criação ressoe, vinda de onde vier, numa proliferação e atravessamento constantes: potência de implicação e contágio mútuos.

Feito tal *desanúncio*, voltemos ao território científico. A ciência de nossos tempos, enquadrada em conhecimento disciplinar especializado, liga-se indissociavelmente à constituição do mundo moderno e suas determinações. Em *Um Discurso sobre as Ciências* Boaventura de Sousa Santos (2002) analisa o percurso da ciência a partir de tal imbricação, assinalando a revolução científica do século XVI, ligada às ciências naturais, como o momento em que se constitui o modelo de racionalidade que preside a ciência moderna³⁵. Apenas no século XIX, porém, em sua incorporação pelas ciências sociais emergentes como efeito e condição de seu desenvolvimento, é que tal racionalidade é alçada à posição de modelo geral. É por meio de tal modelo que o conhecimento científico constitui-se enquanto tal, diferenciando-se do senso comum, dos estudos humanísticos e das demais modalidades de conhecimento não pautadas por seus princípios, por suas regras e por seus pressupostos, capazes de conferir *rigor científico*. Tal separação implica outras rupturas e separações, como entre ser humano e natureza, movida pela desconfiança nas evidências da experiência imediata. As novas modalidades de observação dos fenômenos naturais, sistemáticas e rigorosas, amparadas pela matemática, erigem a equivalência entre *conhecer* e *quantificar*. Ademais, tal método científico assenta-se na redução da complexidade: para conhecer há que se dividir, classificar e determinar relações sistemáticas:

É um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vistas a prever o comportamento futuro dos fenômenos. [...] Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto metateórico a idéia de ordem e de estabilidade do mundo, a idéia de que o passado se repete no futuro (SANTOS, 2002, p. 16-17).

35 Com a ressalva referente ao caráter sempre problemático de qualquer periodização, sublinho que se mantenho tal aspecto é por considerar que os períodos assinalados devem ser vistos como indicando um momento de passagem à hegemonia de determinado evento - sempre já coexistente, em devir -, e não tanto um ponto de surgimento encadeado a outros numa sucessão linear.

Ainda o autor:

O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza.[...] Os limites deste tipo de conhecimento são, assim, qualitativos, não são superáveis com maiores quantidades de investigação ou maior precisão dos instrumentos. Aliás, a própria precisão quantitativa do conhecimento é estruturalmente limitada (SANTOS, 2002, p.32-33).

Tal modelo de racionalidade científica atravessa uma profunda crise, resultante da interação de uma pluralidade de condições teóricas e sociais: por um lado, tal crise liga-se ao próprio desenvolvimento do conhecimento científico (as teorias da relatividade, o princípio da incerteza, a teoria das estruturas dissipadoras e dos sistemas abertos, dentre outros), que permite explicitar as fragilidades de seus pressupostos³⁶; e por outro lado, tal crise liga-se igualmente a novas condições sociais e políticas que interdita as certezas acerca da pretensa autorregulação do conhecimento científico: a ilusória autonomia da ciência e a neutralidade do conhecimento científico, desde sempre questionáveis, caem por terra na atualidade, quando os centros de poder econômico, social e político passam a ter papel decisivo na definição das prioridades científicas, e a própria globalização é ela mesma, em certa medida, condição e decorrência do desenvolvimento técnico-científico (SANTOS, 2002).

Entretanto, em que pese a emergência de novos parâmetros científicos, assim como a de todo um novo leque de possibilidades aberto a partir da globalização, pode-se ainda afirmar a presença prevalente deste paradigma racional-moderno, nos territórios e práticas do conhecimento, decorrentes de sua filiação científica. Embora tal prevalência não implique homogeneidade nem determine uma hegemonia inabalável (muito pelo contrário), certamente, caracteriza a filiação científica dos territórios do conhecimento. Tal filiação opera uma sobrecodificação disciplinar da pesquisa e do próprio pensamento, enquadrando-os como atividade particular e especializada, constrangida por procedimentos previsíveis, definidos por métodos e instrumentos específicos, objetos próprios e sujeitos privilegiados, em uma adequação a um território disciplinar em seu funcionamento

36 Cabe ressaltar que não se trata mais da mera substituição de uma verdade científica por outra - a possibilidade de refutação é um pressuposto do conhecimento científico convencional. O que se abala aqui é a definição estanque de um campo científico delimitado, ainda que sujeito a modificações internas.

maior, convencional: funcionamento de um pensamento “condenado ao limite, às regras rígidas, aos modelos, às estratégias normativas, à imponderável fronteira da objetividade”, conforme assinala Cássio Hissa (2002, p. 63).

É próprio da racionalidade cientificista proceder a uma sobrecodificação de seus *objetos*, mapeando-os e quantificando-os, como ocorre, emblematicamente, na consideração da natureza como fonte de recursos, apartada dos processos sociais, ou ainda na abordagem dos próprios processos sociais, examinados por meio de parâmetros numéricos – por exemplo, a pobreza e o desenvolvimento humano considerados, a partir de taxas e coeficientes de uso corrente como indicadores – que ainda mantêm, atualizados, resquícios matematizados e positivistas por meio da quantificação de fenômenos. Ademais, é próprio deste funcionamento maior inibir e mutilar a dimensão de criação, expulsando-a para fora de seus domínios, e reduzindo o pensamento e a pesquisa à mera atividade descritiva, explicativa ou de corroboração de hipóteses, concebendo-o como mera solução de problemas no fortalecimento de um conhecimento especializado. Como assinala Gilles Deleuze:

Fazem-nos acreditar que a atividade de pensar, assim como o verdadeiro e o falso em relação a esta atividade, só começa com a procura de soluções, só concerne às soluções. [...] é um preconceito social, no visível interesse de nos manter crianças, que sempre nos convida a resolver problemas vindos de outro lugar e que nos consola, ou nos distrai, dizendo-nos que venceremos se soubermos responder: o problema como obstáculo e o respondente como Hércules.[...] Como se não continuássemos escravos enquanto não dispusermos dos próprios problemas, de uma participação nos problemas, de um direito aos problemas, de uma gestão dos problemas. É o destino da imagem dogmática do pensamento apoiar-se sempre em exemplos psicologicamente pueris, socialmente reacionários (os casos de reconhecimento, os casos de erro, os casos de proposições simples, os casos de respostas ou de solução) para prejudicar o que deveria ser o mais elevado no pensamento, isto é, a gênese do ato de pensar e o sentido do verdadeiro e do falso (DELEUZE, 2006, p. 228).

Se a pesquisa envolve a solução de problemas, tal tarefa não equivale a uma finalidade última, como um alvo que a determina, mas apenas a certa constelação na adjacência de outras:

De um lado [...] um campo de problemas a serem resolvidos exigindo o esforço intelectual de construção de estratégias de intervenção. De outro, [...] um plano problemático a ser criado exigindo o esforço intuitivo de desmontagem dos

problemas estabelecidos e a invenção de novos problemas, de novos modos de existência” (PASSOS E BENEVIDES, 2003, p. 84).

Se este é o modo de funcionamento *maior* do território da ciência, especializado e particularizado, ao qual as práticas científicas são submetidas, a pesquisa pode ser agenciada em um devir menor, em seus aspectos de *criação* e *produção*, não tanto de conhecimento especializado, mas da própria vida em sua originalidade e expansividade, sem reivindicação de particularidades ou de autoridade:

O que resta às almas, contudo, quando já não se aferram a particularidades, o que as impede então de fundir-se num todo? Resta-lhes precisamente sua “originalidade”, quer dizer, um som que cada uma emite, como um ritornelo no limite da linguagem, mas que só emite quando toma a estrada (ou o mar) com o próprio corpo, quando leva a vida sem buscar a salvação, quando empreende sua viagem encarnada sem objetivo particular e então encontra o outro viajante, a quem reconhece pelo som.[...]contra a moral européia da salvação e da caridade, uma moral da vida em que a alma só se realiza tomando a estrada, sem outro objetivo, exposta a todos os contatos, sem jamais tentar salvar outras almas, desviando-se das que emitem um som demasiado autoritário ou gemente demais, formando com seus iguais acordos/acordes mesmo fugidios e não resolvidos, sem outra realização além da liberdade, sempre pronta a libertar-se para realizar-se (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 114-115).

Tarefa improvável, a partir dos territórios convencionais da ciência, a de não aferrar-se a particularidades. Afinal, o que é a pesquisa senão atividade de um campo disciplinar, definido por particularidades? Em suas determinações científicas *maiores* certamente não haverá acolhida para tal sensibilidade. Como agenciar a possibilidade de pesquisa como dimensão aberta a forças diversas, ao contato com o inesperado e com os movimentos de desestabilização que investem a vida em sua totalidade? A dimensão de criação, da ordem das intensidades, da abertura, do imprevisível e do acaso, incompatível com enquadramentos e cerceamentos precisará arrastar a pesquisa, desterritorializando-a, e lançando-o em outras constelações sensíveis, fora das rígidas determinações e codificações de sua filiação científica, por meio de alianças imprevisíveis com intensidades vindas de qualquer lugar.

Assim, caberia perguntar com que movimentos os deslocamentos efetuados em determinada pesquisa se agenciam - com os de abertura e transgressão

de limites, de enquadramento e captura, de reenquadramento, de criação de novos limites, de multiplicidade - do que se trata, afinal, em cada caso?

A produção desejanete

Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010) aludem a uma *produção desejanete* e a uma *dimensão maquinica* que demandam certo empenho de compreensão. Trata-se de incorporar às noções de produção, de máquina e de desejo, as dimensões de *heterogeneidade* e de *fabricação*, passíveis de dotá-las de um sentido transformado e ampliado. Primeiramente, está em jogo a consideração de *produção* como processo ligado a todo o campo social e não apenas ao âmbito estrito de ação no chão de fábrica, no sentido de que tudo é produzido: ações, afetos, consumos, angústias: produção de produção, como processo que tem no desejo o seu princípio imanente. Produção, portanto, como processo de fabricar algo que não está dado, implicando a artificialidade do que é construído; maquinismo sem alusão a nenhum automatismo ou rigidez, mas

Uma concepção que englobe, ao mesmo tempo, seus aspectos tecnológicos, biológicos, informáticos, sociais, teóricos, estéticos.[...] O maquinismo, como entendemos neste contexto, implica um duplo processo autopoiético-criativo e ético-ontológico (a existência de uma “matéria de escolha”) estranho ao mecanicismo, de modo que o imenso encaixe de máquinas, em que consiste o mundo de hoje, se acha em posição autofundadora [...]. (GUATTARI, 2012, p. 122-124)

Ademais, “As máquinas desejanetes são simultaneamente técnicas e sociais” (DELEUZE E GUATTARI, 2010, p. 50), e é precisamente nesse sentido que deve ser compreendida tal constelação: na afirmação da potência criadora extensiva a toda produção social, nos mais diversos domínios, nos quais tanto a produção como o desejo nela implicado não são dados espontâneos, mas ativamente produzidos, fabricados, em suma, *maquinados*.

A produção desejanete engendra o novo, constrói, operando as destruições necessárias. Pensar a pesquisa em sua dimensão maquinica é, portanto, abrir-se à ressonância com instâncias de criação, destruindo certos engates científicistas. A partir destas considerações, a potência da pesquisa como *produção desejanete* pode ser compreendida:

Se o ato de pesquisar for explicitado em seus pressupostos, encontraremos sempre essa tendência maquinadora, ao mesmo tempo desejanete e pensante, pois a pesquisa está sempre envolvida no processo mais amplo pelo qual nós conferimos sentido ao mundo, ao outro, a nós mesmos e à existência. Por isso, a grande

lucidez é saber o poder que está implicado no ato de pesquisar: todo conhecimento se produz como invenção, seja para construir saberes representacionais que possibilitam o reconhecimento e o controle de um objeto e uma realidade dada (física, biológica, psíquica ou social), seja para criar novas perspectivas e modos de existência que resistem, transformam essa realidade e incluem o “objeto” num processo de saber-fazer-junto-com (SILVA, 2012, p. 153).

Nesta produção desejante, caberia perguntar o que se produz? Conhecimentos, práticas, teorias, produtos, como compreender tais dimensões? Haveria alguma distinção válida, no sentido de saber se é possível isolar cada um destes aspectos em relação aos demais?

Uma cartografia do espaço urbano

É em campos sociais concretos, em momentos determinados, que os movimentos de desterritorialização, as intensidades e as conjugações de fluxos devem ser estudados (DELEUZE E PARNET, 2004). O arquiteto Victor Saúl Pelli (1986) apresenta um estudo acerca das estratégias tecnológicas presentes na produção do espaço urbano nas cidades latinoamericanas que será aqui retomado. As reflexões do autor não sugerem influência ou reverberação das contribuições de Gilles Deleuze e de Félix Guattari, mas seus *insights* instigam a maquinar um encontro entre ambos, numa cartografia possível da produção do espaço urbano das cidades latinoamericanas. Trata-se de uma abordagem sensível que permite começar a apreender as singularidades e intensidades em ação no espaço urbano, assim como as segmentações e codificações. O que será apresentado a seguir não é, evidentemente, uma cartografia do espaço urbano, que sequer seria possível fora de situações concretas, mas a introdução de algumas questões de pesquisa.

Por *estratégia tecnológica tradicional* o autor compreende as modalidades que organizam institucionalmente todas as atividades de construção do habitat, que tendo se constituído nos países centrais a partir da Revolução Industrial, penetraram em nossos países ao longo do século 19 e tornando-se, já nas primeiras décadas do século 20, a única estrutura institucionalmente admitida. Importando materiais, profissionais, procedimentos, normas, tipologias, além de todo um arsenal simbólico de valores, foi aplicada na construção de infraestrutura urbana e nas edificações ligadas às instituições e aos grupos sociais dominantes. Tal conjunto de estratégias pode ser compreendido como linhas de segmentação duras, molares, deste campo concreto: sistema monetário, sistema de medidas (métrico, no caso em questão), idioma escrito, manejo científico de leis naturais, físicas e matemáticas, sistema ocidental de serviços de infraestrutura urbana (energia

elétrica, água potável e corrente, sistema de correios, telefone e rede viária). A precariedade ou ausência de alguns destes agenciamentos é considerada desvio, anomalia a superar-se mediante a inclusão/imposição do padrão formal. O controle cultural desses agenciamentos tecnológicos-materiais cria um outro plano de agenciamentos, de estratificações e segmentações igualmente duras e molaes:

[...] Os regulamentos, as normas e leis, as repartições de controle e regulamentação, as sociedades profissionais com seus sistemas de regulação, taxas e custos, as carreiras secundárias e universitárias dedicadas exclusivamente à docência dentro desse conceito de produção, a indústria e o comércio de materiais e elementos, a indústria da construção, os sistemas de encomenda e licitação, os mecanismos impositivos, os sistemas de financiamento e os sindicatos (PELLI, 1986, p.14).

E finalmente, além dos agenciamentos tecnológicos-materiais e os de controle, há agenciamentos mais flexíveis, linhas migrantes na forma de valores que condicionam as demais linhas, incidindo profundamente em seus agenciamentos: é o caso das concepções de segurança, qualidade e comodidade, profundamente arraigadas nos agenciamentos tecnológicos, às quais poderiam ser acrescidas várias outras: qualidade de vida, bem estar, modernidade, avanço, status e toda uma gama de valores, não menos concretos que os aspectos materiais em jogo. De fato, sua capacidade de modulação e produção de subjetividade, de captura do desejo, é tão poderosa quanto a de qualquer produto material, sendo talvez ainda mais insidiosa e indispensável aos produtos mais palpáveis da grande usina de subjetividades que o capitalismo contemporâneo promove.

Em seguida, são apresentados agenciamentos operados a partir de outros parâmetros, implicando outros vínculos, outros funcionamentos, outras vivências a compreender-se não como um reflexo reverso, a partir dos agenciamentos molaes, mas em sua singularidade potente e inventiva. Não são apenas reações e adaptações à falta de recursos, mas ações, investimentos, presença viva e cotidiana de táticas inventivas. Informais, ilegais, marginais são denominações correntes e em tudo inadequadas para se referir a tais agenciamentos. Tal estratégia

[e]stá preparada e tem flexibilidade para manipular; dentro de suas próprias limitações, todo tipo de materiais e elementos novos, usados ou semi-destruídos, produtos industriais especificamente destinados à construção e também os destinados a qualquer outro fim, e materiais de origem natural (terra, palha, bambu, pedra, troncos). Seus mecanismos de comunicação, verificação, registro, controle e medição não estão necessariamente baseados no idioma escrito

nem no sistema métrico (ainda que também os incluam), a fim de dar espaço às reais possibilidades dos recursos humanos com que se conta. Seus mecanismos de intercâmbio e retribuição não se baseiam necessariamente no sistema monetário (ainda que incluam o dinheiro quando seu emprego é inevitável) e incorporam todos os recursos, que no meio social a que servem, possam efetivamente ser usados para conseguir produzir bens e serviços: troca por outros bens e serviços, vínculos sociais ou familiares. [...] Os códigos de disciplina e os mecanismos de tomada de decisões são coerentes com essas situações [...]. Na tecnologia informal, os limites que tem vigência nos sistemas formais de produção perdem nitidez: o limite entre trabalho e lazer, entre trabalho e vida familiar, entre produção e manutenção; entre as distinções e separações de problemas que, na atividade formal, são atendidos através de organizações setoriais diferenciadas (habitação, saúde, educação, trabalho) (PELLI, 1986, p. 16).

Em tais situações, percebe-se que as codificações do conhecimento científico, invasivas e cada vez mais presentes em sua imbricação com a racionalidade técnica, penetrando em praticamente todas as capilaridades da vida social de outros segmentos da população, não possuem, nestes setores analisados e ligados aos mais pobres, a mesma presença dominante. Sem desconsiderar as dificuldades acarretadas a tais populações em função de sua condição de pobreza, e sem qualquer idealização ingênua, não se pode, por outro lado, desconsiderar sua enorme força-invenção, secretada exatamente em um cotidiano não capturado completamente pelo maquínico-disciplinar da ciência maior, *ciência régia* que afirma o vínculo de propriedade, via conhecimento, reforçando mais uma vez a divisão entre possuidores e despossuídos. Nas grandes franjas de espaços autoproduzidos das cidades latinoamericanas tais partilhas são suspensas, e é por efeito dos agenciamentos hegemônicos que sua singularidade é pouco compreendida, quando não abertamente rejeitada. É efeito de um agenciamento corporativista a desqualificação de tudo que não se pauta por seus funcionamentos, especialmente se são os pobres seus agentes primeiros.

Aquelas características que Félix Guattari (2012) enuncia nas constelações de uma cidade subjetiva a ser maquinada, já estão aí mesmo e em ato, vividas cotidianamente, ainda que pouco compreendida nas sobrecodificações costumeiras que as nomeiam: assentamentos precários, pobreza urbana, informalidade, ilegalidade. Trata-se de enquadramentos que só apreendem a singularidade capturando-a e classificando-a, a partir do padrão racional-científico, em função do que lhe falta. O que tal padrão não alcança é justamente a sua riqueza: recriação permanente, invenção não autoral capaz de ativar o movimento, a abertura e a coimplicação, por meio dos quais o sentido da existência é reapropriado

em uma *perspectiva ético-estética e não mais tecnocrática*. A centralidade da questão urbana e do espaço, em sua capacidade de engendrar singularidades, por meio de suas *dimensões maquínicas e incorporais*, capazes de lhes conferir *sua autoconsistência subjetiva*, assim como sua capacidade de agregar *heterogeneidade, afetos estéticos complexos e territórios existenciais*.

Sem grandes palavras de ordem, o que uma pesquisa-cartografia poderá desejar além de ressoar tais intensidades?

Referências

- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: SP: Papirus, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34. Coleção TRANS, 1997.
- _____. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I*. São Paulo: Editora 34. Coleção TRANS, 2010.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. In: Tania Mara Galli Fonseca e Patricia Gomes Kirst (orgs.) *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose*. São Paulo: Editora 34. Coleção TRANS, 2012.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras. Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG Humanitas, 2002.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana et al. Lugar de diálogos possíveis. In: Cássio Eduardo Viana Hissa (org.). *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG Humanitas, 2011.
- PELLI, Víctor Saúl. Notas para uma Tecnologia apropriada à construção na América Latina. In: Lúcia Mascaró (coord.) *Tecnologia & Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1989.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual. Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campos, 2003.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. *A cartografia e a relação pesquisa e vida*. Psicologia Social, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200003&lng=pt&nrm=iso
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, André. Maquinar. In: Tania Mara Galli Fonseca, Maria Livia Nascimento, Cleci Maraschin (orgs.) *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

■.....**Simone Parrela Tostes** é arquiteta pela Escola de Arquitetura da UFMG, com Mestrado em Arquitetura pela mesma instituição, Doutoranda em Geografia no Instituto de Geociências da UFMG. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Universidade de Itaúna, é pesquisadora do Grupo Praxis – práticas sociais no espaço urbano da Escola de arquitetura da UFMG.